

REFLEXÕES ACERCA DO ENSINO DE GÊNERO NA PSICOLOGIA: UM CAMINHO A SE PERCORRER NA GRADUAÇÃO?

Lara Araújo Roseira Cannone; Raíssa Lé Vilasboas Alves

Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública

laracannone@gmail.com

raissalvalves@gmail.com

Resumo

Introdução: O ensino de gênero apresenta pouca notoriedade no percurso histórico da Psicologia enquanto ciência e profissão. Por isso, se faz necessário estudos que deem visibilidade à importância da temática na formação profissional. Este trabalho visa expor as considerações de formandas em Psicologia sobre o espaço conferido à temática de gênero no processo da graduação. **Metodologia:** Relato de experiência realizado por duas graduandas em Psicologia na cidade de Salvador, Bahia. A análise reuniu o contexto acadêmico quanto ao currículo, corpo docente, oferta de atividades extracurriculares e corpo discente. **Resultados:** Houve indicativos de uma movimentação, sobretudo por parte discente, acerca do debate de gênero na graduação. Mesmo assim, as iniciativas prosseguem concentradas em grupos específicos, sem adesão do coletivo. **Considerações Finais:** Resquícios históricos estão presentes no ensino da Psicologia, onde conteúdos clássicos se sobressaem em detrimento do conhecimento mais engajado com o compromisso social. Portanto, pôde-se notar que o ensino de gênero segue como um caminho a ser percorrido na graduação.

Palavras-chave: Estudos de Gênero. Graduação. Psicologia.

Introdução

A Psicologia foi regulamentada no Brasil através da Lei 4.1119 de 27/08/1962 que versa sobre as funções exclusivas da/o profissional psicóloga/o, esse documento afirma não apenas a profissão, como também os cursos de graduação (CARVALHO & SAMPAIO, 1997). A inserção da Psicologia se deu, sobretudo, nas organizações com a prática direcionada à adequação e ajustamento do sujeito ao contexto, vindo de um interesse ideológico com intuito de higienização social. Moura (1999) afirma que esse direcionamento profissional tem pouca contribuição para a transformação social, indo de encontro com a manutenção de desigualdades que colaboram para uma ordem social perversa de relações de poder – de gênero, sexualidades, raça, classe, geração, entre outras.

Pela perspectiva de Rocha (1999), com o golpe militar de 1964 e a implantação de um regime repressivo no país, houve um retardo no avanço da Psicologia e de outras áreas. Naquela época, o modelo de ensino instaurado baseava-se na valorização das Ciências Biológicas em detrimento das Ciências Humanas. Os objetivos da educação eram fortemente influenciados pelo governo, que visava o desenvolvimento de técnicas de controle das massas, coagindo a população aos interesses do Estado. Paralelo a isso, os cursos de Psicologia foram se expandindo pelo país e, conseqüentemente, se firmando um compromisso com o sistema político (MOURA, 1999).

Tempos depois, com uma forte pressão dos movimentos sociais, as/os psicólogas/os se depararam com uma mudança no segmento da população que demandava serviços psicológicos, e somado à crise econômica, se viram pressionadas/os a atenderem em ambientes até então desconhecidos. A década de 1980, com a democracia já instaurada, foi marcada por uma mobilização e maior questionamento da comunidade acadêmica para as questões políticas e sociais do Brasil. A partir dessas discussões e reflexões, surge um número significativo de produções e publicações de artigos com esse viés.

Ainda nesta década, durante o I Encontro de Coordenadores de Curso de Formação de Psicólogo, a Carta de Serra Negra é construída trazendo alguns princípios norteadores, bem como sugestões de operacionalização, da formação em Psicologia. Esses princípios propostos são um marco no desenvolvimento da Psicologia no Brasil, ao considerar outros aspectos na formação da profissão, e “apostar na importância da postura política, crítica ética e com compromisso com a realidade social” (RECHTMAN, 2015, p.74).

Lima e Souza aponta para os conteúdos ofertados no currículo dos cursos, onde nunca é um fator isolado e desvinculado do cotidiano, por isso “as teorias críticas de currículo o definem como uma construção que traz as marcas das relações sociais de poder e que reproduz a ideologia dominante” (2011, p.69). Segundo a autora, não há neutralidade na educação e enfatiza o papel da docência como agente ativo dessa prática reguladora, ou transformadora. Sendo assim, ainda são raras as iniciativas para a inclusão dos estudos de gênero nos currículos usuais e entre docentes, como também as produções apurativas sobre esse processo, caracterizando uma demanda atual.

Este trabalho reforça a importância da produção discente acerca da vivência universitária, a partir de um relato de experiência que desperta para as nuances envolvidas na graduação através de uma visão crítica em primeira pessoa. Debater temas entendidos como emergentes, como os estudos de gênero, é deslocá-los do lugar da invisibilidade no ambiente acadêmico e conquistar um espaço próprio dentro do ensino.

Metodologia

O Relato de Experiência possui caráter qualitativo, exploratório e baseia-se no método de Testemunho proposto por Seligmann-Silva (2010). Essa metodologia consiste em trazer para protagonismo a testemunha, bem como a/o relatora/o, para evocação do fato a ser narrado. Dessa forma, acaba por ser um método contestador dos modelos clássicos de narrativas. Entende-se aqui, com o Relato de Experiência, que a produção de conhecimento se dá a partir de um posicionamento que exige uma implicação política.

A construção desse relato se dispôs a apresentar a experiência de duas graduandas em Psicologia, do 9º e 10º semestres fundadoras da Liga Acadêmica de Sexualidade e Gênero [LASG], em relação às discussões de gênero presentes/ausentes no curso que escolheram concluir. Foram, ao todo, 5 anos de graduação em uma faculdade particular situada na cidade de Salvador, Bahia, no período de 2012 a 2017.

O presente trabalho discorre sobre o currículo formal, docência e a mobilização estudantil – todos esses fatores de acordo com o direcionamento à temática de gênero.

Resultados e Discussão

As discussões sobre gênero dentro da graduação ainda são preteridas, de um modo geral, tanto pelo currículo formal quanto pelo corpo docente e compromisso estudantil. Essa resistência encontra embasamento em discursos despolitizados que associam a inserção de temáticas de gênero, sexualidades, cor/raça e classes, com militâncias. Esses pensamentos que são expostos dentro das salas de aula, e no ambiente educacional como um todo, conseqüentemente atuam de modo a coibir “leituras” trazidas por discentes que diferem do modelo hegemônico de saberes, estabelecido por um perfil de gênero e suas interseccionalidades.

A ausência da inserção dessas temáticas nas instituições acaba corroborando com um conhecimento sustentado por uma supremacia do *status quo* da sociedade: pesquisador homem, branco, classe média. Nesse sentido, o movimento estudantil tem uma participação essencial na reformulação desse ensino através de suas organizações próprias (ligas acadêmicas, grupos de trabalho, coletivos), agindo na instância do currículo informal.

Como esse déficit da estrutura formal ainda não foi preenchido, pode-se observar frequentemente caber ao corpo discente a iniciativa, praticamente solitária, de propiciar o debate de temas omitidos ou, até mesmo, preteridos. Nessa perspectiva, os espaços organizados para as discussões sobre gênero sempre tiveram boa adesão por parte do público universitário interno e externo (quando ampliados para agregar outras instituições), isso demonstra que há interesse na discussão acerca da temática. Outro ponto positivo é que a instituição de ensino em questão se mostrou solícita quanto a eventos promovidos pelas ligas acadêmicas, fornecendo espaço físico e materiais, quando solicitados previamente.

Diversas foram as intervenções das ligas acadêmicas: recepção de turmas calouras, já estimulando o posicionamento crítico frente à realidade social; momentos de fala em eventos internos; organização de eventos em conjunto com a coordenação; promoção de sessões abertas à comunidade com palestrantes de referência; parcerias com outros grupos de estudantes para ampliar as discussões; apresentação de trabalho científico, repercutindo em trabalhos de conclusão de curso de alunas envolvidas com o tema.

Apesar da motivação e do reconhecimento quanto ao trabalho desenvolvido pela liga acadêmica, há também obstáculos enfrentados para levar o tema de sexualidade e gênero adiante. A dificuldade de sair do plano das ideias e concretizar projetos práticos e a longo prazo talvez tenha sido um dos principais desafios dessa organização estudantil. Essa (falta de) atitude revela uma necessidade de maior engajamento das discentes em atividades que fujam do currículo formal estabelecido pela instituição. Como consequência, as atividades das ligas acadêmicas e demais organizações acabam sendo promovidas e executadas pelo mesmo grupo de discentes, o que resulta, por vezes, em uma sobrecarga de trabalho para pessoas específicas.

Ao decorrer dos semestres letivos, houve feedbacks positivos vindos de turmas mais novas, principalmente referente a uma maior flexibilização do currículo formal, incluindo, mesmo que a passos lentos, conteúdos não presenciados por estudantes já em períodos mais avançados do curso de Psicologia, onde algumas disciplinas ampliaram as vertentes de conhecimento para envolver um viés mais social, crítico e contextualizado.

Em paralelo a essa movimentação discente, algumas docentes, que já tinham um percurso de práticas contextualizadas e análises críticas da atuação profissional, se mobilizaram para colaborar com essa “nova onda” na instituição. Com interesse nas temáticas postas em pauta para discussão, esse grupo de profissionais convidaram as ligas acadêmicas para participação em eventos internos bem como em aulas ministradas pelas docentes, propagando ainda mais os debates e o conhecimento, por acreditarem no trabalho das discentes e por incentivarem essa autonomia estudantil, algumas também não se sentiam capacitadas para discutir essas temáticas.

Contudo, apesar dos notáveis avanços e receptividade da instituição em geral quanto às propostas levadas sobretudo pelas discentes, um número ainda majoritário de docentes não aderiu à movimentação e optou por não inserir essas temáticas em sala. Assim, vale ressaltar a necessidade de uma capacitação de profissionais, de todos os níveis, ou iniciativa própria efetiva para se debater essas temáticas com maior apropriação, não por desacreditar da formação destas psicólogas, mas por perceber a necessidade de acompanhar as mudanças da sociedade gerando novas demandas e desafios para a Psicologia.

A inclusão dos estudos de gênero na Psicologia é, também, compreender o percurso sócio histórico da profissão e refletir a partir da análise quanto ao perfil dessa categoria composta majoritariamente por mulheres. Portanto, é preciso lutar por “um campo de estudo que, muitas vezes, não encontra legitimação em um ambiente acadêmico, pois é entendido mais como uma militância e não como uma prática acadêmica” (SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES, 2006 *apud* NARVAZ & KOLLER, 2007, p.220).

Esse processo de mudança quanto ao currículo e à capacitação do corpo docente parte de uma mudança social que vem demandando um novo perfil de psicóloga/o e, assim, acaba refletindo nas graduações a responsabilidade de atualizar seus modelos de ensinamentos, muitas vezes abrindo mão de

uma prática clássica que acaba por sustentar a desvalorização de outras metodologias e conteúdos por considerá-los fora do cunho científico (MOURA, 1999).

Vale ressaltar que as organizações estudantis não podem ser as únicas responsáveis pelos debates e o ensino de gênero nas graduações. Tampouco se deseja simplesmente o acréscimo de conteúdo, pois, assim, corre-se o risco de promover mudanças meramente pontuais. É necessária uma reestruturação do curso de Psicologia para que a inclusão de disciplinas com conteúdos específicos não seja um ponto de partida, mas consequência de um processo. Essas disciplinas, por sua vez, necessitam de docentes não apenas dispostas/os, mas com competências técnicas para desenvolver a função de forma ética. “É necessário que, no corpo docente, haja profissionais com formação e experiência (boa vontade não é suficiente) para fazerem cumprir o planejado” (CARVALHO & SAMPAIO, 1997, p.17).

Sendo assim, a construção de uma formação profissional contextualizada e engajada demanda a junção com igual iniciativa dessas três instâncias: corpo docente, discente e instituição de ensino.

Conclusões

Cinco décadas após a regulamentação da Psicologia no Brasil, é possível identificar um perfil profissional necessário para atender as demandas sociais emergentes – e outras que ainda permanecem conforme o processo sócio histórico do país. Essa referência de profissional, de acordo com Moura (1999), a qual se deseja e se precisa, consiste de uma prática que seja pluralista, crítica e que colabore para a transformação social, além disso, que saiba identificar caminhos que atendam às necessidades da população. Assim como atentar-se para a importância da produção do conhecimento com compromisso ético e social (RECHTMAN, 2015).

Dessa forma, é possível afirmar que essa é uma discussão que exige continuidade, devido a todo o caminho que o ensino de gênero tem a percorrer na graduação. A partir desse trabalho, entendemos esse trajeto ainda como principiante, sendo necessário um diálogo entre docentes, discentes e instituição, a fim de exercer mudanças curriculares repensando a formação em Psicologia, e se atentando às demandas sociais. Que estas não sejam invisibilizadas pelo conservadorismo e

inflexibilidade do ensino tradicional de um curso ainda paternalista e elitista, reproduzidor de muitos discursos hegemônicos.

Por esse caminho, acreditamos ser possível desenvolver modificações estruturais através da educação, onde o conhecimento tem o poder de reformular posturas. O ensino engajado com responsabilidade social reflete na formação e, conseqüentemente, em uma profissão que reflete na práxis alinhada com os direitos humanos.

Não podemos perder de vista a construção do conhecimento e sua intencionalidade, afinal, de acordo com Campos (1992) citado por Moura (1999): “toda pretensão epistêmica é uma tomada de posição ética. Não há conhecimento sem interesse. Não há exercício sem uso de poder. Não há prática sem pressupostos e conseqüências políticas” (p.09).

Por fim, consideramos o ensino de gênero na graduação em Psicologia como um longo caminho a ser percorrido, assim como em outras áreas. Apostamos na reestruturação de currículos, capacitação de profissionais e papel ativo de estudantes em prol de uma geração futura de psicólogas/os mais engajadas/os com o social, assumindo o compromisso ético e político da profissão, bem como um olhar contextualizado do sujeito considerando a subjetividade e as interseccionalidades.

Referências

CARVALHO, Maria Teresa de Melo; SAMPAIO, Jáder dos Reis. A formação do psicólogo e as áreas emergentes. *Psicol. cienc. prof.*, Brasília, v. 17, n. 1, p. 14-19, 1997.

LIMA E SOUZA, Ângela Maria Freire. Currículo e Gênero: uma articulação urgente. In: Ana Alice Alcântara Costa; Alexinaldo Teixeira Rodrigues; Elizete da Silva Passos. (Org.). *Gênero e Diversidade na Gestão Educacional – Coleção Bahianas*. 01ed. Salvador: UFBA-NEIM, v.13, p. 6976, 2011.

MOURA, Eliana Perez Gonçalves de. A psicologia (e os psicólogos) que temos e a psicologia que queremos: reflexões a partir das propostas de diretrizes curriculares (MEC/SESU) para os cursos de graduação em psicologia. *Psicol. cienc. prof.*, Brasília, v. 19, n. 2, p. 10-19, 1999.

NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Silvia Helena. A Marginalização dos Estudos Feministas e de Gênero na Psicologia Acadêmica Contemporânea. *PSICO*, Porto Alegre, PUCRS, v. 38, n. 3, p. 216-223, set./dez. 2007.

RECHTMAN, Raizel. O Futuro da Psicologia Brasileira: Uma questão de projeto político. Revista Psicologia, Diversidade e Saúde, v.4, n.1, p. 70-77, 2015.

ROCHA, Armando Jr. Das discussões em torno da formação em psicologia às diretrizes curriculares. Psicologia: Teoria e Prática, v.1, n.2, p. 3-8, 1999.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. O Local do Testemunho. Revista do Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 3, jan./jun. 2010.